

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO

Estudo Técnico Preliminar 14/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25052.000889/2024-26

2. Objeto da Contratação

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens terrestres rodoviárias intermunicipais e interestaduais e respectivas taxas de embarque da localidade de partida, de execução indireta sem dedicação exclusiva de mão de obra, afim de atender as necessidades de pacientes indígenas em consulta/tratamento médico e seus acompanhantes, servidores, terceirizados, colaboradores eventuais e os conselheiros a serviço no âmbito do DSEI KMT.

3. Descrição da necessidade

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender às demandas operacionais do DSEI KMT, cuja missão institucional é assegurar a execução contínua, eficiente e econômica das ações de atenção básica à saúde indígena, respeitando as especificidades étnicas, culturais e territoriais dos povos atendidos.

3.2. Considerando que a presente contratação tem por finalidade substituir o Contrato nº 05/2020, cujo último Termo Aditivo teve sua vigência encerrada em 14/04/2025 ([0039146973](#)), verifica-se que, desde então, o serviço encontra-se desprovido de cobertura contratual vigente para o objeto em questão.

3.3. Ressalte-se, ademais, que durante sua vigência, o referido contrato foi objeto de alterações por meio de termos aditivos, especialmente quanto à modificação quantitativa do objeto. Todavia, mesmo com tais ajustes, a estrutura contratual não foi capaz de atender à crescente demanda por solicitações de passagens terrestres destinadas ao deslocamento de pacientes indígenas e seus acompanhantes para atendimentos médicos, o que evidencia a necessidade de nova contratação, com parâmetros atualizados e compatíveis com a realidade operacional do DSEI.

3.4. Entre as principais atividades que demandam a contratação, destacam-se os deslocamentos de pacientes indígenas e seus respectivos acompanhantes, sempre que encaminhados para tratamento fora do domicílio, inclusive para municípios como Cuiabá/MT, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

3.5. A contratação também contempla as necessidades de transporte de servidores em missão oficial, conselheiros distritais em atividades externas, participação em reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), ações de capacitação, visitas técnicas a outros distritos e articulações com órgãos públicos parceiros. A garantia de mobilidade adequada é condição essencial para o pleno funcionamento das atividades finalísticas e do suporte técnico operacional do DSEI.

3.6. Conforme estabelece a legislação vigente, compete à Secretaria de Saúde Indígena (SESAI/MS) a organização da atenção integral à saúde dos povos indígenas, em articulação com Estados e Municípios, assegurando o acesso às ações de atenção primária, secundária e terciária. Para tanto, é imprescindível que os Distritos contem com meios logísticos compatíveis com a realidade de campo, especialmente diante da ampla dispersão geográfica das aldeias,

muitas das quais localizam-se a grandes distâncias entre si e dos centros urbanos, o que impõe desafios adicionais à continuidade dos cuidados em saúde.

3.7. Atualmente, o DSEI KMT dispõe de contrato vigente de prestação de serviços de motorista, registrado sob o nº 01 /2024 (0040916179), que contempla uma frota terceirizada composta por 25 (vinte e cinco) caminhonetes destinadas ao atendimento das diversas demandas logísticas relacionadas às ações de saúde indígena.

3.8. Dessa frota, apenas 06 (seis) caminhonetes estão alocadas para atender às atividades da sede administrativa do DSEI, contemplando as demandas dos setores DIASI, CONDISI, ENDEMIAS, SESANI e da Coordenação. As demais caminhonetes são destinadas, prioritariamente, às Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) e às aldeias, devido à complexidade de acesso e das condições precárias de deslocamento em áreas remotas.

3.9. Esses veículos são fundamentais para assegurar a presença das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) nas comunidades, viabilizando atendimentos in loco, transporte de insumos, suporte às ações de imunização, vigilância em saúde e resposta a emergências.

3.10. Diante desse cenário, não se revela viável nem eficiente o uso dessa frota para o transporte de pacientes indígenas, acompanhantes, servidores ou técnicos administrativos para localidades que podem ser acessadas por transporte rodoviário regular, como aquelas atendidas por linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais.

3.11. A utilização de passagens terrestres, nesses casos, constitui alternativa mais econômica, racional e alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, além de preservar a frota para as atividades essenciais do DSEI em áreas indígenas de difícil acesso.

3.12. Ressalta-se que esta contratação contribui para a otimização dos recursos públicos, conferindo maior agilidade, planejamento e eficiência à execução das ações do Distrito. O fornecimento de passagens por empresa especializada evita o desvio de função de servidores administrativos, que não precisarão dedicar-se a tarefas logísticas, favorecendo o foco nas atividades finalísticas e elevando a produtividade institucional.

3.13. A ausência de contratação de empresa apta a prestar esse serviço poderá acarretar sérios prejuízos à execução das atividades do DSEI, considerando que a estrutura atual não dispõe de veículos, condutores e combustível suficientes para suprir, com qualidade e segurança, a totalidade das demandas de deslocamento. A terceirização especializada mostra-se, assim, medida indispensável à manutenção das ações assistenciais e administrativas.

3.14. Diante do exposto, evidencia-se a imperiosa necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres, como forma de assegurar o pleno funcionamento das atividades do DSEI Kaiapó/MT e, principalmente, garantir o acesso da população indígena aos serviços de saúde de forma oportuna, segura e digna, contribuindo diretamente para a efetividade das políticas públicas voltadas aos povos originários.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos (SELOG)	Benedito Nascimento Gomes

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.1 O serviço será prestado de forma continuada e sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que eventuais interrupções podem ocasionar prejuízos aos deslocamentos de servidores, pacientes, acompanhantes e conselheiros distritais.

- 5.1.2. A empresa contratada deverá fornecer os bilhetes de passagens conforme as condições e exigências estabelecidas no contrato e demais documentos correlatos. Os deslocamentos deverão ocorrer em transportes regulares, conduzidos por profissionais devidamente habilitados, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.1.3. A contratada deverá indicar formalmente ao DSEI KAIAPÓ/MT os representantes responsáveis pelo atendimento e pela solicitação das passagens, bem como informar, previamente, os horários e datas dos embarques e desembarques. Em caso de imprevistos, a contratada deverá comunicar imediatamente o DSEI, por telefone ou outro meio eficaz de comunicação.
- 5.1.4. A empresa deverá disponibilizar sistema eletrônico ou atendimento por canal direto (telefone, e-mail ou plataforma online), em regime ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para solicitação, emissão, alteração ou cancelamento de passagens.
- 5.1.5. Deverá proceder à reserva e emissão de bilhetes de passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, utilizando sistemas automatizados.
- 5.1.6. O atendimento deverá ocorrer inclusive em finais de semana, feriados e fora do horário comercial, por meio de telefone fixo, celular ou outro canal de comunicação.
- 5.1.7. Quando necessário, a contratada deverá possibilitar a concessão ou obtenção de endosso em favor de outras agências de viagem, nos casos em que não for possível o atendimento direto, em função de horários ou rotas.
- 5.1.8. A contratada deverá atuar na solução de problemas relacionados às reservas, tarifas de embarque e demais questões logísticas junto às rodoviárias do Brasil.
- 5.1.9. Os bilhetes deverão ser disponibilizados diretamente junto às empresas de transporte ou entregues no local indicado pelo DSEI KMT. Quando necessário, deverão ser disponibilizados nas agências ou pontos de atendimento mais próximos do usuário.
- 5.1.10. A empresa deverá realizar, quando solicitado, a marcação de poltronas nos ônibus, conforme a disponibilidade.
- 5.1.11. Será de responsabilidade da contratada a emissão, remarcação, reconfirmação e reemissão de bilhetes, tanto para ida quanto para volta, conforme as solicitações da contratante.
- 5.1.12. Em caso de não utilização do bilhete, a contratada deverá proceder ao reembolso integral ou parcial, conforme regras da empresa transportadora, deduzindo eventuais multas previstas.
- 5.1.13. A contratada deverá reembolsar pontualmente quaisquer empresas parceiras, eximindo o DSEI de responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 5.1.14. Toda e qualquer alteração de bilhetes deverá ser realizada mediante solicitação expressa do DSEI KMT.
- 5.1.15. Ao realizar cotações ou reservas, a empresa deverá oferecer, sempre que possível, alternativas promocionais ou com desconto, ainda que com datas e horários distintos dos inicialmente solicitados.
- 5.1.16. Durante toda a execução do contrato, a contratada deverá fornecer bilhetes com os menores preços disponíveis no momento da aquisição.
- 5.1.17. Sempre que houver alterações de tarifas, inclusive em razão de promoções, a empresa deverá enviar à contratante as tabelas atualizadas.
- 5.1.18. Os bilhetes não utilizados deverão ser substituídos por outros com novo itinerário, mediante solicitação.
- 5.1.19. Os bilhetes emitidos, pagos e não utilizados deverão ter seus valores ressarcidos à contratante, observadas eventuais deduções previstas nas normas das empresas transportadoras.
- 5.1.20. A contratada deverá reembolsar qualquer bilhete não utilizado que lhe for devolvido, pelo valor impresso, inclusive nos casos de rescisão ou extinção contratual.
- 5.1.21. As passagens deverão ser solicitadas ao fornecedor com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da viagem, por meio de requisição devidamente assinada pela autoridade competente do DSEI KMT.

5.1.22. Os bilhetes deverão ser emitidos e encaminhados ao DSEI com antecedência mínima de 12 (doze) horas do embarque.

5.1.23. A emissão de bilhetes deverá ocorrer em até 2 (duas) horas após a solicitação, com prioridade para atendimentos emergenciais.

5.1.24. A contratada deverá oferecer cancelamento ou remarcação com possibilidade de reembolso integral ou parcial, conforme regras da empresa transportadora.

5.1.25. O serviço deverá abranger diversas empresas de transporte, permitindo à Administração escolher a melhor opção em termos de custo e horário.

5.1.26. A contratada deverá apresentar relatórios mensais contendo dados das passagens emitidas, canceladas, reembolsadas, com identificação do passageiro, CPF, origem, destino, datas e valores.

5.1.27. Os serviços serão prestados preferencialmente de forma remota, com possibilidade de atendimento presencial em casos excepcionais, mediante agendamento prévio.

5.1.28. A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades descritas, devendo assegurar a disponibilização de passagens para os trechos rodoviários listados a seguir:

Itens	Trechos – Ida e Volta
1	COLIDER / CUIABÁ
2	CUIABÁ / COLIDER
3	JUARA / CUIABÁ
4	CUIABÁ / JUARA
5	PEIXOTO DE AZEVEDO / CUIABÁ
6	CUIABÁ / PEIXOTO DE AZEVEDO
7	COLIDER / SINOP
8	SINOP / COLIDER
9	JUARA / SINOP
10	SINOP / JUARA
11	JUARA / COLIDER
12	COLIDER / JUARA
13	ALTA FLORESTA / COLIDER

14	COLIDER / ALTA FLORESTA
15	GUARANTÃ DO NORTE / COLIDER
16	COLIDER / GUARANTÃ DO NORTE
17	JUARA / PEIXOTO DE AZEVED
18	PEIXOTO DE AZEVEDO / JUARA
19	JUARA / JUÍNA
20	JUÍNA / JUARA
21	JUARA / LUCAS DO RIO VERDE
22	LUCAS DO RIO VERDE / JUARA
23	JUARA / SORRISO
24	SORRISO / JUARA

5.2. DA NATUREZA CONTINUADA OU NÃO DO SERVIÇO

5.2.1. Nos termos do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação refere-se à prestação de serviço comum e contínuo. Trata-se de serviço comum, uma vez que o fornecimento de bilhetes de passagens terrestres constitui objeto com especificações usuais no mercado, amplamente disponíveis entre diversos fornecedores e de fácil comparabilidade. Além disso, o serviço possui natureza continuada, por se tratar de demanda essencial ao desempenho regular das atividades administrativas e assistenciais do DSEI Kaiapó do Mato Grosso, cuja descontinuidade comprometeria diretamente a prestação de serviços de saúde aos povos indígenas atendidos.

5.2.2. Conforme dispõe o art. 15, da Instrução Normativa nº 5/2017/SEGES/MPDG, serviços continuados são aqueles cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, de forma ininterrupta, o que se verifica no presente caso.

5.2.3. O caráter continuado do serviço ora pretendido decorre de sua essencialidade para o funcionamento das atividades finalísticas do DSEI, especialmente no que se refere aos deslocamentos para tratamento fora do domicílio, participação em ações institucionais e atividades operacionais. A interrupção desse serviço comprometeria significativamente a atenção à saúde indígena e o cumprimento da missão institucional do Distrito.

5.2.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a conveniência administrativa e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

5.3. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO DE MAIOR DESCONTO POR PREÇO GLOBAL

5.3.1. Para a presente contratação, opta-se pela adoção do critério de julgamento de maior desconto sobre o preço global estimado, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A escolha fundamenta-se no fato de que a Administração dispõe de uma planilha referencial, elaborada com base em cotações de mercado atualizadas, sendo que o objeto da contratação apresenta características padronizadas e homogêneas.

5.3.2. A utilização deste critério mostra-se adequada e vantajosa, uma vez que permite à Administração aferir, de maneira objetiva, a proposta mais vantajosa, com base na maior redução percentual incidente sobre o valor total estimado da contratação, levando-se em consideração o volume previsto de passagens a ser adquirido. Ademais, o modelo de desconto sobre o preço global simplifica a análise e comparação das propostas, promove maior transparência no julgamento e estimula a ampla competitividade entre os licitantes, favorecendo, consequentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com o princípio da economicidade.

5.3.3. Ressalte-se, ainda, que a escolha por esse critério considera a natureza da prestação dos serviços, na qual a empresa contratada atuará como intermediadora entre a Administração e as empresas transportadoras, sendo sua remuneração diretamente vinculada ao volume de passagens efetivamente emitidas. Assim, o desconto incide sobre uma base previamente conhecida e previsível, o que proporciona maior segurança à gestão contratual e garante economia direta aos cofres públicos.

5.3.4. Dessa forma, o critério de maior desconto sobre o preço global estimado revela-se o mais adequado e eficiente para o objeto ora licitado, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e alinhando-se aos princípios da economicidade, da eficiência e da legalidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.3.5. Por fim, destaca-se que a escolha pelo critério de maior desconto se justifica também pela natureza do objeto: por tratar-se da aquisição de bilhetes de passagem, cujos preços tendem a apresentar oscilações de mercado, a aplicação de um desconto percentual fixo garante que a Administração sempre usufrua de uma redução sobre o valor praticado, independentemente das flutuações tarifárias, assegurando, assim, a obtenção de melhores condições econômicas ao longo da execução contratual.

5.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.4.1. Dado o objeto da Contratação em epígrafe, devem ser observadas as normas de sustentabilidade ambiental, conforme determina a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que essa instrução se aplica ao objeto da contratação.

5.4.2. Atender ao que traz exarado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, sobre Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores:

5.4.2.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

5.4.2.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

5.4.2.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

5.4.2.4. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

5.4.3. Considerando o que dispõe a Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis:

5.4.3.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

5.4.3.1.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

5.4.3.1.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

5.4.3.1.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

5.4.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricantes ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010; Resolução CONAMA nº 416/2009; Instrução Normativa nº 09/2021; e normas correlatas.

5.4.5. A contratação está também alinhada com o com o referido Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério da Saúde que foi aprovado na Portaria SE/MS 463 e publicado no sítio eletrônico do MS, conforme se observa no link: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pls/ciclo-2024-2026/planode-logistica-sustentavel-do-ministerio-da-saude-ciclo-2024-2026/view>

6. Levantamento de Mercado

6.1. Previamente à descrição do objeto foi realizada pesquisa de mercado em contratações similares celebradas por outros Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), com o objetivo de identificar as soluções adotadas para o atendimento de necessidades equivalentes, bem como mapear as alternativas disponíveis para a contratação de serviços de fornecimento de bilhetes de passagem terrestre. Para tanto, analisaram-se, ainda, as práticas adotadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, a fim de subsidiar a definição da solução mais adequada às necessidades institucionais.

6.2. Para a realização do levantamento de mercado, procedeu-se à consulta ao Portal de Compras Governamentais do Governo Federal, com a análise de contratações similares vigentes e recentemente realizadas por órgãos públicos, especialmente aquelas destinadas ao atendimento de demandas de transporte terrestre de servidores, colaboradores, pacientes e usuários dos serviços públicos. As informações obtidas encontram-se consolidadas em planilha específica constante dos autos.

ID. SEI	ÓRGÃO	Processo nº	PREGÃO
---------	-------	-------------	--------

0048571316	Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Purus AM	25038.000554/2025-77	90026/2025
0048571321	Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho	25061.001365/2024-43	90226/2024

6.3. Da análise realizada, verificou-se que os dois Distritos pesquisados possuem contratos firmados com empresas especializadas na intermediação, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem terrestre, com atendimento contínuo e disponibilidade para emissão imediata, inclusive em situações emergenciais, modalidade esta compatível com a forma pela qual este DSEI já vinha operando.

6.5. Diante do levantamento efetuado, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento para emissão de passagens rodoviárias, por meio de operadora ou agência de viagens, abrangendo a marcação, emissão, endosso, remarcação e cancelamento de bilhetes intermunicipais, interestaduais e nacionais, de modo a atender de forma eficiente às demandas do DSEI KMT.

6.6. Considerando a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, entende-se que a forma mais vantajosa de contratação é a realização de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto, assegurando-se o atendimento aos requisitos estabelecidos, com qualidade, eficiência e segurança, conforme as necessidades do DSEI KMT.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reserva, marcação, emissão, remarcação, cancelamento e entrega de bilhetes de passagens terrestres rodoviárias interestaduais e intermunicipais e respectivas taxas de embarque da localidade de partida, para garantir o transporte de indígenas em deslocamento, tanto para tratamento de saúde, exames e consultas de média e alta complexidade quanto para deslocamentos de servidores para participação em reuniões e encontros de lideranças indígenas, conforme as necessidades do DSEI/KAIAPÓ-MT.

7.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

7.2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.2.1.1. Emissão de bilhetes rodoviários será dentro do território nacional;

7.2.1.2. A emissão de passagens será autorizada mediante apresentação de requisições de transporte devidamente registradas e assinadas pelo responsável do setor da unidade solicitante, com a devida anuência da Coordenação, e posteriormente encaminhadas à CONTRATADA;

7.2.1.3. A Contratante encaminhará e-mail à Contratada solicitando a cotação da passagem para o trecho e data indicados;

7.2.1.4. A Contratada deverá responder à solicitação de cotação no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado a partir do recebimento do e-mail, desde que este ocorra no horário das 07h às 17h, de segunda a sexta-feira. Fora desse intervalo, as solicitações poderão ser feitas por telefone, em regime de plantão 24 horas, exclusivamente em casos de urgência. A cotação apresentada pela empresa deverá ser clara, legível e conter, obrigatoriamente: as opções de horários disponíveis, os respectivos preços e os nomes das empresas operadoras;

7.2.1.5. A Contratante encaminhará à Contratada a proposta de concessão de diária e passagem com a solicitação de reserva devidamente preenchidos, contendo a empresa, o preço e o horário selecionados após análise da cotação;

7.2.1.6. Em um período de no máximo 2 (duas) horas, a CONTRATADA retornará a Proposta, com o(s) bilhete(s) devidamente emitido(s) e anexado(s) em campo específico;

7.2.1.7. Se necessário, a CONTRATANTE poderá requerer a remarcação ou cancelamento do bilhete emitido com antecedência de até 02 horas do horário de embarque.

7.3. Do faturamento:

7.3.1. As passagens emitidas serão faturadas, em 2 (duas) vias;

7.3.2. A fatura deverá conter o percentual de desconto oferecido na licitação, sobre os bilhetes de passagens rodoviárias, independente de preço promocional oferecido pelas empresas de transporte;

7.3.3. O valor dos bilhetes não utilizados pela CONTRATANTE será restituído no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data da solicitação do reembolso. A CONTRATADA deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete, tais como: multa aplicada pela empresa pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete.

7.3.4. As faturas correspondentes às passagens terrestres deverão ser apresentadas em 2 (duas) vias contendo os seguintes dados:

- número da requisição do bilhete;
- identificação do bilhete (número, transportadora e o trecho);
- nome do passageiro;
- custo do bilhete;
- valor bruto da fatura;
- valor correspondente à taxa de desconto;
- valor da taxa de embarque;
- valor líquido da fatura;
- cópia do bilhete de passagem.

7.3.5. A documentação, para efeito de pagamento, será constituída de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada de planilha contendo todas as informações constantes do item acima, com os respectivos documentos comprobatórios, além da relação de bilhetes não utilizados.

7.3.6. A nota Fiscal será emitida no primeiro dia útil de cada mês, acompanhada das requisições expedidas pelo DSEI KAIAPÓ/MT, constando o número do contrato, conta corrente, agência e banco, para a emissão da respectiva ordem bancária, devendo ser computada na mesma, a taxa de desconto incidente sobre a comissão paga pelas empresas transportadoras às empresas de turismo e/ou agências de viagens, em conformidade com a legislação vigente.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa do quantitativo de bilhetes de passagens foi elaborada com base nos dados históricos do Contrato nº 05/2020, encerrado em 14/04/2025, em virtude do término de sua vigência, conforme previsto no último termo aditivo. Para subsidiar essa estimativa, considerou-se o Relatório SELOG ([0042974495](#)), o qual apresenta um levantamento detalhado das passagens emitidas durante a vigência contratual, possibilitando a projeção da demanda futura com maior precisão.

8.2. No período correspondente aos últimos quatro anos de execução contratual, verificou-se uma demanda significativa e contínua pelos serviços, compatível com as necessidades operacionais e administrativas do DSEI KMT. Entre os principais destinos atendidos, destaca-se a cidade de Cuiabá/MT, que concentrou grande parte das emissões de passagens.

8.3. Esses deslocamentos ocorreram, predominantemente, para viabilizar o transporte de pacientes indígenas em tratamento médico continuado, especialmente para unidades de saúde localizadas na capital, onde se concentram os serviços de média e alta complexidade, muitas vezes indisponíveis nas aldeias ou nos municípios de origem. Tal demanda configura-se como rotina operacional do DSEI, sendo essencial para assegurar o acesso das comunidades indígenas ao Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os princípios estabelecidos na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

8.4. Diante disso, a projeção das quantidades a serem contratadas foi realizada com base no histórico consolidado de emissões do contrato anterior, associado às estimativas constantes no planejamento anual do DSEI KMT, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Itens	Trechos – Ida e Volta	Quantidades de Passagens
1	COLIDER / CUIABÁ	50
2	CUIABÁ / COLIDER	50
3	JUARA / CUIABÁ	70
4	CUIABÁ / JUARA	70
5	PEIXOTO DE AZEVEDO / CUIABÁ	30
6	CUIABÁ / PEIXOTO DE AZEVEDO	30
7	COLIDER / SINOP	10
8	SINOP / COLIDER	10
9	JUARA / SINOP	20
10	SINOP / JUARA	20
11	JUARA / COLIDER	10
12	COLIDER / JUARA	10
13	ALTA FLORESTA / COLIDER	10
14	COLIDER / ALTA FLORESTA	10
15	GUARANTÃ DO NORTE / COLIDER	10
16	COLIDER / GUARANTÃ DO NORTE	10
17	JUARA / PEIXOTO DE AZEVEDO	10
18	PEIXOTO DE AZEVEDO / JUARA	10
19	JUARA / JUÍNA	05

20	JUÍNA / JUARA	05
21	JUARA / LUCAS DO RIO VERDE	05
22	LUCAS DO RIO VERDE / JUARA	05
23	JUARA / SORRISO	05
24	SORRISO / JUARA	05
TOTAL DE PASSAGENS		470

8.5. Observou-se, a partir da análise dos dados do Relatório SELOG, que os anos de 2021 a 2024 concentraram o maior volume de emissões de bilhetes de passagens no âmbito deste Distrito Sanitário. Com base nesse levantamento, a estimativa de demanda para o novo contrato foi construída a partir da média dos trechos mais frequentemente requisitados ao longo do período.

8.6. Com o intuito de assegurar a economicidade e a adequação orçamentária da contratação, optou-se por manter, para os trechos com menor frequência de uso, a mesma quantidade prevista no contrato anterior, garantindo-se margem de cobertura para situações eventuais. Por outro lado, foram excluídos da estimativa os trechos que não apresentaram utilização nos últimos anos, bem como aqueles localizados fora do Estado de Mato Grosso, os quais, quando necessários, são normalmente atendidos por meio de transporte aéreo, em razão da distância e das particularidades envolvidas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 109.451,70

9.1. Foram realizadas pesquisas de preços de forma robusta e criteriosa, com o objetivo de subsidiar a definição do valor estimado da pretensa contratação, em estrita observância à legislação pertinente à pesquisa de preços, especialmente à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

9.2. Para a definição do valor estimado da contratação, foram adotados os parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, com priorização dos incisos I e II, visando ao estabelecimento do critério mais adequado para a obtenção do preço de referência da contratação pretendida. Inicialmente, considerou-se a utilização da mediana dos valores obtidos por meio da pesquisa realizada no Painel de Preços. Contudo, não foi possível adotar o parâmetro previsto no inciso I do referido dispositivo, uma vez que os valores disponíveis no Painel de Preços não discriminam os preços por trecho, sendo que cada rota ou itinerário possui valores distintos, influenciados pela origem, destino, distância e demais características específicas do transporte, não sendo viável sua redução ou equiparação a um valor único ou genérico.

9.3. Dessa forma, a mediana extraída do Painel de Preços foi desconsiderada na composição do valor estimado da contratação, por não refletir a realidade das operações que serão efetivamente executadas no âmbito deste contrato. Assim, a estimativa do valor da contratação fundamentou-se, nas cotações realizadas diretamente junto ao mercado fornecedor, considerando os valores praticados para os principais trechos de deslocamento previstos, assegurando maior aderência à realidade operacional e observância ao princípio da eficiência administrativa.

9.4. No que se refere ao parâmetro previsto no inciso II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, verificou-se que as contratações similares identificadas não se mostram adequadas, por não contemplarem trechos compatíveis com as demandas específicas deste DSEI KMT. Embora outros órgãos da Administração Pública realizem contratações de

serviços de passagens terrestres, os itinerários por eles adotados divergem significativamente daqueles necessários para o atendimento das necessidades deste Distrito.

9.5. Considerando tais limitações e com o objetivo de assegurar a fidedignidade dos valores estimados, optou-se pela composição de uma cesta de preços mais abrangente, obtida por meio de pesquisas em sítios eletrônicos especializados em cotações de passagens rodoviárias realizadas via internet e consultas diretas a fornecedores, nos termos do art. 5º, incisos III e IV, da IN SEGES/ME nº 65/2021. Todos os procedimentos adotados encontram-se devidamente justificados no Demonstrativo e na Nota Técnica de Composição dos Preços, documentos que apresentam a análise crítica da cesta de preços coletada e evidenciam o estudo minucioso realizado pela equipe técnica, com vistas a robustecer o processo e assegurar a melhor tomada de decisão na definição do valor estimado da contratação.

9.6. Dessa forma, o valor estimado da contratação para os serviços de passagens rodoviárias foi definido conforme demonstrado no quadro abaixo:

VALOR ESTIMADO DA CONTRAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO - TRECHOS IDA E VOLTA	Quantidades de Passagens	Valor Unitário	Valor Total
1	COLÍDER / CUIABÁ	50	R\$ 241,82	R\$ 12.091,00
2	CUIABÁ / COLÍDER	50	R\$ 250,40	R\$ 12.520,00
3	JUARÁ / CUIABÁ	70	R\$ 307,53	R\$ 21.527,10
4	CUIABÁ / JUARA	70	R\$ 308,73	R\$ 21.611,10
5	PEIXOTO DE AZEVEDO / CUIABÁ	30	R\$ 258,39	R\$ 7.751,70
6	CUIABÁ / PEIXOTO DE AZEVEDO	30	R\$ 259,08	R\$ 7.772,40
7	COLIDER / SINOP	10	R\$ 62,82	R\$ 628,20
8	SINOP / COLIDER	10	R\$ 68,00	R\$ 680,00
9	JUARA / SINOP	20	R\$ 178,00	R\$ 3.560,00
10	SINOP / JUARA	20	R\$ 159,87	R\$ 3.197,40
11	JUARA / COLIDER	10	R\$ 219,31	R\$ 2.193,10
12	COLIDER / JUARA	10	R\$ 217,89	R\$ 2.178,90
13	ALTA FLORESTA / COLIDER	10	R\$ 67,59	R\$ 675,90
14	COLIDER / ALTA FLORESTA	10	R\$ 67,46	R\$ 674,60
15	GUARANTÃ DO NORTE / COLIDER	10	R\$ 86,36	R\$ 863,60
16	COLIDER / GUARANTÃ DO NORTE	10	R\$ 93,00	R\$ 930,00
17	JUARA / PEIXOTO DE AZEVEDO	10	R\$ 238,50	R\$ 2.385,00
18	PEIXOTO DE AZEVEDO / JUARA	10	R\$ 246,45	R\$ 2.464,50
19	JUARA / JUÍNA	5	R\$ 97,95	R\$ 489,75
20	JUÍNA / JUARA	5	R\$ 96,45	R\$ 482,25
21	JUARA / LUCAS DO RIO VERDE	5	R\$ 257,67	R\$ 1.288,35
22	LUCAS DO RIO VERDE / JUARA	5	R\$ 260,67	R\$ 1.303,35
23	JUARA / SORRISO	5	R\$ 228,00	R\$ 1.140,00
24	SORRISO / JUARA	5	R\$ 208,70	R\$ 1.043,50
Quantidade Total de Passagens		470		R\$ 109.451,70
VALOR TOTAL				

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE BILHETES DE PASSAGENS	VALOR ESTIMADO	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO ACEITÁVEL

Bilhetes de passagens rodoviárias	470	109.451,70	1,83%
--	-----	------------	-------

9.7. Registre-se que a disputa do certame dar-se-á pelo critério de **maior desconto ofertado**, a ser aplicado sobre o valor total estimado da contratação, sendo estabelecido como desconto mínimo inicial o percentual de **1,83% (um vírgula oitenta e três por cento)**, o qual servirá como ponto de partida para a formulação das propostas pelos licitantes.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Considerando as características dos serviços a serem contratados, não será possível o parcelamento da solução, uma vez que se trata da emissão de passagens para diversos trechos interestaduais e intermunicipais. O fracionamento do objeto poderia comprometer a continuidade e a integração da prestação dos serviços, gerando riscos operacionais e possíveis prejuízos à Administração.

10.2. A Lei 14.133/2021, em seu art. 47, II, deve-se considerar o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.3. Reconhece-se, portanto, que a decisão pelo parcelamento ou não do objeto deve ser avaliada caso a caso, com base em critérios técnicos e econômicos, de modo a assegurar, quando possível, a manutenção da economia de escala e a eficiência na execução contratual.

10.3.1. Sobre o tema, o mestre Marçal aborda a questão (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 440), versa:

"Mas a adoção do fracionamento depende da presença de requisitos de ordem técnica e econômica.

4.1.3) O requisito de natureza técnica.

Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável nem, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatório. Se a

4.1.4.) O requisito de natureza econômica.

Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassi, motor, etc). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento.

Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar o aumento de seus custos. Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados não é o objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares."

10.4. Completando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2002, p. 83) afirma que uma administração eficiente pressupõe qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo, em termos de administração pública, um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos e ressalta sobre os aspectos da eficiência:

"apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público."

10.5. Diante do exposto, **optou-se, portanto, pelo não parcelamento da solução**, com base nas seguintes justificativas:

- **Técnico:** o fracionamento do objeto implicaria na descentralização das responsabilidades contratuais, dificultando a supervisão e controle da prestação dos serviços, bem como acarretando maiores custos administrativos e operacionais.
- **Econômico:** a contratação de mais de uma empresa resultaria na perda da economia de escala, comprometendo a racionalidade do gasto público e aumentando os custos decorrentes da gestão de múltiplos contratos.
- **Qualitativo:** a centralização da execução contratual em um único fornecedor favorece o estabelecimento e o monitoramento de padrões de qualidade e desempenho, o que se tornaria mais complexo e arriscado caso o serviço fosse prestado por empresas distintas.

10.6. Portanto, considerando tratar-se de um serviço único, com demanda instável e quantitativos não expressivos, a **não adoção do parcelamento da solução revela-se a medida mais adequada e vantajosa para a Administração**, garantindo a eficiência da gestão contratual, a economicidade, a continuidade dos serviços e a segurança dos usuários atendidos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O Plano Distrital de Saúde Indígena (PDSI) é um instrumento eficaz para desenvolver e aprimorar o planejamento de ações a partir de uma análise situacional da saúde e saneamento nas aldeias, alinhadas ao Plano Estratégico da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), no âmbito central, e à previsão orçamentária para os anos de execução deste documento, garantindo a viabilidade e razoabilidade para a execução das ações planejadas de acordo com as prioridades estratégicas elencadas.

12.2. Este plano apresenta as intenções, objetivos e metas a serem alcançadas no período de quatro anos com clareza, assegurando a elaboração de uma ferramenta de gestão eficaz que determina uma atenção especial à sua avaliação e monitoramento contínuos pela SESAI Central, Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e pelos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI). Este acompanhamento permite elencar novas prioridades para ações, admitindo o planejamento de intervenções anualmente, considerando as especificidades de cada DSEI.

12.3. Da mesma forma, este instrumento servirá para acompanhar a execução do orçamento destinado ao DSEI Kaiapó/MT, oferecendo subsídios para sustentar discussões no âmbito da saúde indígena, além de proporcionar ao CONDISI/DSEI/KMT a condição de avaliador do impacto das ações na saúde da população indígena assistida.

12.4. Os itens em análise fazem parte do Plano de Contratações Anual de 2026, inseridos no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC, Documentos de Formalização de Demanda nº 07/2026 e autorizados pela SESAI/MS por meio do Despacho COEA/CGCSI/DGESI/SESAI/MS, com data de 22 de janeiro de 2026.

12.5 A contratação do serviço encontra-se alinhada com os objetivos estratégicos do DSEI KMT, com o compromisso de manter os serviços administrativos e operacionais, com a qualidade e estabilidade almejada, apoiando os diversos processos de trabalhos.

12.6. A contratação está também alinhada com o com o referido Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério da Saúde que foi aprovado na Portaria SE/MS 463 e publicado no sítio eletrônico do MS, conforme se observa no link <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pls/publicacoes/plano-de-logistica-sustentavel-do-ministerio-da-saude-ciclo-2024-2026/view>

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação dos serviços de agenciamento de bilhetes de passagens terrestres tem por objetivo atender, de forma contínua e eficiente, às demandas de deslocamento de servidores, colaboradores eventuais, pacientes indígenas e seus acompanhantes, no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Kaiapó/MT. Tais deslocamentos são essenciais para a execução das atividades institucionais, administrativas e assistenciais, especialmente aquelas relacionadas ao tratamento de saúde fora do domicílio.

13.2. A prestação de serviços por empresa especializada compreende a emissão, entrega, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens rodoviárias nacionais, com abrangência intermunicipal e interestadual, incluindo o pagamento das respectivas taxas de embarque. A contratação visa suprir com eficiência as necessidades logísticas do DSEI, garantindo o deslocamento de usuários indígenas em tratamento de saúde, bem como de conselheiros e servidores em atividades institucionais.

13.3. A execução contínua deste serviço, especialmente nas Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), é fundamental para assegurar a recuperação da saúde dos usuários indígenas referenciados para atendimentos de média e alta complexidade na Rede SUS, evitando desassistência durante o processo de deslocamento e garantindo o acesso oportuno aos serviços de saúde.

13.4. Dentre os benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

13.4.1. Manutenção da continuidade dos serviços, uma vez que os deslocamentos serão assegurados por empresa especializada e com estrutura adequada para atender às solicitações;

13.4.2. Atendimento integral às necessidades de demanda, inclusive com cobertura em trechos interestaduais e intermunicipais, o que garante agilidade, segurança e previsibilidade nos deslocamentos institucionais;

13.4.3. Redução de custos operacionais, mediante a racionalização do uso da frota própria e economia com despesas de combustível, manutenção e diárias de motoristas, visto que o transporte deixará de depender de veículos oficiais para esses fins;

13.4.4. Melhoria na gestão administrativa, com maior controle sobre os deslocamentos e centralização das solicitações, favorecendo a fiscalização contratual e a transparência na prestação do serviço;

13.4.5. Fortalecimento das ações finalísticas de saúde, especialmente em áreas remotas, viabilizando o acesso da população indígena aos serviços de média e alta complexidade do SUS, bem como a participação em eventos, reuniões e encontros de lideranças.

13.5. Dessa forma, a contratação revela-se estratégica e vantajosa para o DSEI KMT, por garantir a continuidade dos serviços, racionalizar os custos públicos e assegurar o pleno cumprimento das políticas de saúde indígena, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para a solução em comento não há necessidade de adequação da estrutura ou da infraestrutura física para viabilizar a execução contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foram identificados impactos ambientais relevantes para esta contratação, sendo apenas requisitados os critérios de sustentabilidade estabelecidos no item 5.4 deste ETP Digital.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. À luz do exposto, conclui-se, com fundamento nos estudos realizados, que a contratação pretendida se mostra viável, necessária e adequada às necessidades deste DSEI KMT. Considerando que compete à Administração Pública assegurar a realização das contratações de forma economicamente vantajosa, com uso racional e eficiente dos recursos públicos, impõe-se, igualmente, o dever de garantir a proteção da sociedade quanto à qualidade de vida, ao bem-estar e à saúde, bem como a preservação do meio ambiente em suas dimensões natural, cultural e social.

16.2. Registra-se que a contratação proposta contribuirá para o aperfeiçoamento dos serviços prestados por este DSEI, viabilizando a adequada logística de transporte, assegurando a continuidade da assistência à saúde indígena, com vistas à garantia da dignidade dos povos assistidos, dos servidores e dos prestadores de serviços, bem como à manutenção das condições essenciais de infraestrutura e atendimento.

16.3. Dessa forma, com base nos Estudos Preliminares elaborados, a equipe de planejamento conclui que o modelo de contratação para a prestação dos serviços de fornecimento de passagens terrestres apresenta-se tecnicamente viável, juridicamente adequado e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, razão pela qual declara a viabilidade da contratação pretendida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELBE JOSE DIAS

Guarda de Endemias



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 15:18:30.

ADILSON BENKE



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 16:41:38.

Despacho: Ao Senhor Coordenador Distrital do DSEI Kaiapó/MT para análise, e estando de acordo, aprovação.

PAIMU MUAPEP TRUMAI TXUCARRAMAE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 14:50:23.